



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
CONCURSO C-317

PROVA ESCRITA, DISSERTATIVA, DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL.

DIREITO DO TRABALHO (2 pontos)

Discorra sobre terceirização no Direito do Trabalho. Terceirização lícita e ilícita. Trabalho temporário. Entes estatais e terceirização. Responsabilidade na terceirização.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO (2 pontos)

O sistema de *astreintes* para a eficácia da sentença no direito processual do trabalho. Prazo e condições para cumprimento da sentença. Competência judicial para impor multas e penalidades. Fixação judicial das férias vencidas. Ordem judicial para readmissão ou reintegração do trabalhador estável. Aplicação do art. 475-J, do CPC.

DIREITO CIVIL (1 ponto)

“Aqueles que vivem em sociedade e aceitaram as regras sociais, as obrigações sociais, as obrigações anímicas impostas pela moral e pela ética, enquanto compromisso supra legais, e pelo regramento institucional imposto pelo tegumento social, expresso pelo Direito Positivo, assumem o dever de não ofender, nem lesar, causar dano ou prejuízo sem que tenham justificativa ou eximente, expressamente prevista na legislação de regência.

.....
A responsabilidade, embora escorada no mundo fático, tem sustentação jurídica. Depende da prática de ato ilícito e, portanto, antijurídico, cometido conscientemente dirigido a um fim, ou orientado por comportamento irrefletido, mas informado pela desídia, pelo aodamento ou pela inabilidade técnica, desde que conduza a um resultado danoso no plano material ou imaterial ou moral”. (*in* Rui Stoco – Tratado de Responsabilidade Civil, 6ª edição, pág. 120).

O texto suscita debate acerca de grandes correntes da Teoria da Responsabilidade. Disserte sobre estas doutrinas. Analise os limites e critérios para imputação da responsabilidade à luz do Código Civil em vigor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL (2 pontos)

A relativização da coisa julgada.

DIREITO ADMINISTRATIVO (1 ponto)

Estabeleça distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista.

DIREITO CONSTITUCIONAL (2 pontos)

A ordem econômica brasileira está fundada na valorização do trabalho e na livre iniciativa, dentre outros. Sua finalidade é assegurar a todos existência digna, observada a função social da propriedade, entre outros.

Tais comandos gerais trazem à baila controvérsias sobre a aplicação dos princípios constitucionais diretamente pelo magistrado.

Considere que você foi aprovado neste concurso. Como magistrado trabalhista opine justificadamente sobre os fundamentos acima destacados, sua aplicação e importância para o Direito do Trabalho, enquanto ditames de Justiça Social.